



SABER E POUPAR



RELATÓRIO ANUAL
DE INFORMAÇÕES

2017



ÍNDICE

ABERTURA

1. Introdução	04
2. Mensagens Institucionais	06
3. Principais Realizações em 2017	09

INSTITUCIONAL

4. Gestão de Benefícios	11
-------------------------	----

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

5. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2017	15
6. Política de Investimentos	16
7. Alocação de Investimentos	16
8. Informações Gerais	18
9. Considerações Finais	22



RELATÓRIOS CONTÁBEIS

10. Demonstrações Contábeis 25

PARECERES

11. Relatório do Auditor Independente	33
12. Parecer Atuarial	35
13. Parecer do Conselho Fiscal	41
14. Manifestação do Conselho Deliberativo	42
15. Mensagem Final	43





ABERTURA

1. INTRODUÇÃO

Oferecer aos seus participantes ativos e assistidos informações relevantes sobre a sustentabilidade do programa de investimentos e do plano de benefícios, considerando o cenário previdenciário, econômico e político do país com total transparência foi e sempre serão metas recorrentes do Nucleos. Neste contexto, em 2017, uma dessas metas foi alcançada com o lançamento do portal Saber e Poupar. Com foco em programas de Educação Previdenciária e Financeira e um conteúdo bastante vasto e diversificado, o portal disponibiliza artigos, notícias,



vídeos e informações gráficas, além de matérias institucionais e didáticas. Saber e Poupar é um portal; é o tema, bastante oportuno, do presente Relatório Anual de Informações (RAI); é, também, a essência do que representa a previdência complementar para qualquer participante de um fundo de pensão.

Este relatório atende à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e está dividido em cinco grandes capítulos: Abertura, Institucional, Gestão de Investimentos, Relatórios Contábeis e Pareceres, além de mensagens da Diretoria, do Conselho Deliberativo e Principais Realizações de 2017.

Novamente, é importante ressaltar que, com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio do RAI impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. No caso do Nucleos, devido à importância da publicação, considerou-se pertinente enviar a versão impressa do RAI aos seus participantes assistidos.

A versão online, digital, navegável e interativa desta publicação pode ser acessada via tablet ou smarthphone através do site (www.nucleos.com.br) ou pelo QR Code que aparece no canto superior direito da página 3.





2. MENSAGENS INSTITUCIONAIS

2.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Superação da meta atuarial e lançamento de portal educativo marcam balanço de 2017

A Diretoria Executiva do Nucleos desenvolveu ao longo do exercício de 2017 uma série de ações institucionais relevantes. Hoje, podemos afirmar que todas elas estão plenamente consolidadas. Reduzimos custos, ampliamos a competência institucional, minimizamos os riscos de mercado, fortalecemos a relação com os participantes e assistidos, fomentamos as boas práticas de governança corporativa e estamos atuando de forma vigorosa para implantar um novo plano de benefícios para os empregados das patrocinadoras que não aderiram ao Plano Básico de Benefícios – PBB.

Tão ou ainda mais importante, mantivemos a rentabilidade dos investimentos superior à meta atuarial, pagamos os benefícios rigorosamente em dia aos aposentados e pensionistas e honramos as obrigações assumidas com todos os nossos prestadores de serviço. Essas e outras ações foram desafios que mantiveram unidos a diretoria e seus colaboradores, fortalecendo no Instituto a imagem de eficiência, seriedade e compromisso com os seus cerca de 5.000 participantes ativos, assistidos

e pensionistas. Isso, para que cada um deles tivesse – e tenha sempre – a garantia de manter uma qualidade de vida digna após a aposentadoria.

Paralelamente a esse rol de ações institucionais, criamos o portal Saber e Poupar. Trata-se de um canal de comunicação com foco específico em programas de Educação Previdenciária e Financeira – não por acaso, tema do presente Relatório Anual de Informações. Com um conteúdo amplo e diversificado, o portal passou a oferecer aos participantes do Nucleos artigos, notícias, podcasts e infográficos, além de matérias institucionais. Qualidade de vida e, é claro, educação financeira e previdenciária estão recorrentemente em pauta.

O portal Saber e Poupar também dispõe de testes e simuladores que auxiliam o participante a ter maior controle sobre seus gastos pessoais; com isso, ajudam a definir, de maneira mais criteriosa e adequada ao seu perfil, os melhores tipos de investimentos num horizonte de curto, médio e longo prazos. Com a





chegada do portal, o participante passou a ter à sua disposição uma ferramenta tecnológica segura e, ao mesmo tempo, uma fonte confiável de informação para melhor organizar suas finanças domésticas e o seu planejamento de gastos. Atualizado periodicamente, lançado em junho de 2017 e daquele mês até dezembro, o Saber e Poupar recebeu mais de 10 mil visualizações dos visitantes.

Em relação aos números da Política de Investimentos de 2017, apesar de um ano marcado por fortes oscilações no mercado, o Nucleos teve uma rentabilidade de 13,60%, superando a meta atuarial de 8,02%. Em resumo, em 31/12/2017, o Instituto possuía um ativo líquido de R\$ 3.269.640.006,89 contra uma provisão matemática de R\$ 3.006.575.934,84, que resulta um Superavit técnico acumulado de R\$ 263.064.072,05.

Outrossim, reafirmamos que os desafios do Nucleos em suas atividades estão sendo alcançados de forma ampla graças ao trabalho árduo e ao empenho de todos os seus colaboradores. São eles que transformam o Instituto numa entidade moderna, eficiente e, sobretudo, justa. Este Relatório Anual de Informações – RAI 2017 reflete com precisão e transparência a prestação de contas da nossa entidade.

Finalizando, aos nossos colaboradores, agradecemos pela dedicação e eficiência; às patrocinadoras, pelo permanente apoio; ao Conselho Deliberativo, pelas diretrizes nos assuntos relevantes e de interesse da entidade; e ao Conselho Fiscal, pelas recomendações visando à melhoria contínua dos nossos controles internos.

A Diretoria Executiva



Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios

Armindo D'Ascensão Silva
Presidente

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro





2.2. MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2017 foi marcado pelo início da retomada da economia, com pouco investimento, queda de inflação e da taxa de juros, turbulência no cenário político e incerteza quanto às reformas estruturais necessárias ao país. O cenário Fiscal sofreu com a diminuição da arrecadação e a continuidade da previsão de Deficit para os próximos anos. No mercado de trabalho, a recuperação da economia não foi ainda capaz de diminuir, de forma relevante, o número de trabalhadores desempregados.

Contudo, no que concerne ao Nucleos, os investimentos foram protegidos através da alocação dos ativos em segmentos de investimentos menos vulneráveis à turbulência econômica experimentada no país. Como resultado, o Nucleos se encontra com o 3º maior Superavit dentre todos os Planos de Previdência Complementar das Estatais, divulgado pelo 5º boletim das Empresas Estatais Federais, referendando assim, com os seus números, o profissionalismo e bom desempenho da sua gestão.

Também foi implantada a política de contenção de gastos, a qual permitiu que o Instituto operasse com um nível de despesas enxuto e bem alocado.

Mas não olhamos só o presente, continuamos cuidando do futuro de nossos Participantes. Em 2017 foi concluído o planejamento estratégico

para o ciclo 2017-2021 do Nucleos, elaborado com a participação dos colaboradores do Instituto, da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, alinhando objetivos de longo prazo e desempenho, visando à otimização dos recursos do Instituto. Também cabe destaque a alteração do Estatuto, com a finalidade de atender às exigências apresentadas pelo órgão de supervisão e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar (a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc) sobre os requisitos necessários para o preenchimento dos cargos de conselheiros deliberativos e fiscais e diretores do Nucleos, que, além de profissionalizar ainda mais a gestão da entidade, melhora a sua governança.

Como desafios à frente, apresentam-se a continuidade da instabilidade econômica e a Reforma da Previdência, temas que já estão sendo acompanhados e estudados por este Conselho Deliberativo, pela Diretoria Executiva e pela equipe técnica do Instituto.

Por fim, reiteramos nosso compromisso de dedicação e o nosso orgulho em contribuirmos para o crescimento do Instituto, sempre com o objetivo de oferecer aos participantes e assistidos segurança em sua aposentadoria.

Conselho Deliberativo



3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2017

O Nucleos promoveu a alteração do seu Estatuto, com a finalidade de atender às exigências apresentadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. O órgão fiscalizador determinou a inclusão, no Estatuto, dos requisitos necessários para o preenchimento dos cargos de conselheiros deliberativos e fiscais e diretores do Instituto, além de outros ajustes redacionais.

Essas alterações foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, por todas as patrocinadoras, pela

empresa controladora da patrocinadora Eletro-nuclear, pelo Ministério ao qual as patrocinadoras estão vinculadas, pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – Sest e, após divulgadas aos participantes, foram submetidas à aprovação da Previc, conforme legislação em vigor. Somente depois da expressa aprovação desse órgão e nova divulgação aos participantes e assistidos, as alterações estatutárias entraram em vigor.

O Estatuto está disponível na sede do Nucleos e no site www.nucleos.com.br para conhecimento.

* * * * *

Janeiro

- Patrimônio do Nucleos atinge R\$ 3 bilhões
- Posse dos novos membros eleitos do Conselho Fiscal

Fevereiro

- Início do Ciclo de Palestras nas Patrocinadoras
- Aprovação do Plano de Custeio pelo Conselho Deliberativo

Março

- Nucleos recebe a visita do presidente da Eletro-nuclear, Bruno Campos Barreto

Abril

- Lançamento do Planejamento Estratégico 2017-2021
- Divulgação do Relatório Anual 2016
- Elaboração do Manual de Governança
- Aprovação da alteração do Código de Conduta

Maiο

- Iniciado o Projeto de Educação Financeira e Previdenciária do Nucleos

Junho

- Lançamento do Portal de Educação Financeira e Previdenciária do Nucleos, Saber e Poupar
- Realizada e concluída a auditoria das patrocinadoras
- Posse dos membros indicados pelas patrocinadoras no Conselho Deliberativo

* * * * *

Julho

- Nucleos mantém a certificação da Norma ISO 9001 versão 2008 pelo Bureau Veritas Certification (BVC)
- Posse do novo membro do Comitê Consultivo de Investimentos

Agosto

- Participação do Nucleos no 2º Workshop de Relacionamento com o Participante

Setembro

- Nucleos comemora 38 anos de existência
- Realização da Semana da Segurança da Informação, evento interno para conscientização dos colaboradores sobre o universo da informação e sua preservação

Outubro

- Conclusão da elaboração do Orçamento 2018

Novembro

- Aprovação da Política de Investimentos, do Plano de Gestão Administrativa – PGA, do Manual de Investimentos e do Orçamento 2018

Dezembro

- Portal de Educação Financeira do Nucleos, Saber e Poupar atinge 10 mil visualizações
- Superavit: Nucleos fecha o exercício de 2017 com saldo positivo de R\$ 263.064.072,05





INSTITUCIONAL





4 GESTÃO DE BENEFÍCIOS

4.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e

tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

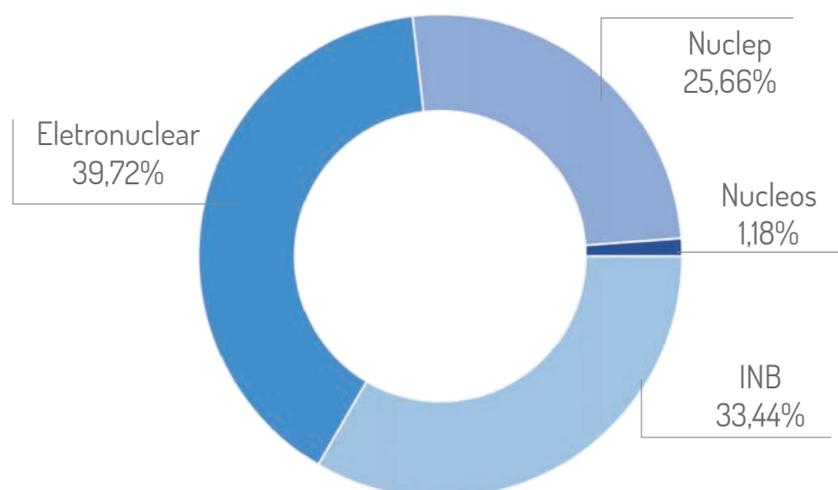
4.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

No encerramento do exercício de 2017, o Nucleos contou com 3.394 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

PATROCINADORA	2016	2017	VARIAÇÃO
INB	1.152	1.135	-1,48%
Eletronuclear	1.368	1.348	-1,46%
Nuclep	871	871	0,00%
Nucleos	42	40	-4,76%
TOTAL	3.433	3.394	-1,14%

Observação: do total de 3.394 participantes em 2017, 25 são autopatrocinados (ex-empregados que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA





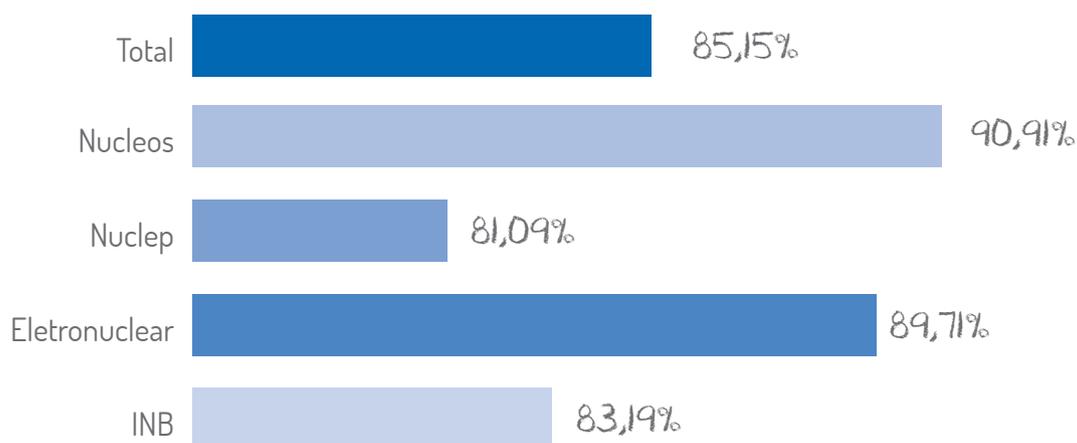
4.1.2. RELAÇÃO PARTICIPANTES/EMPREGADOS

O percentual de adesão dos empregados das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2017 foi o seguinte:

PATROCINADORA	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	ADESÃO
INB	1.128	1.356	83,19%
Eletronuclear	1.342	1.496	89,71%
Nuclep	866	1.068	81,09%
Nucleos	30	33	90,91%
TOTAL	3.366	3.953	85,15%

Observação: na coluna “Participantes” foram desconsiderados os 25 autopatrocinados (ex-empregados que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 3 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO



4.1.3. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

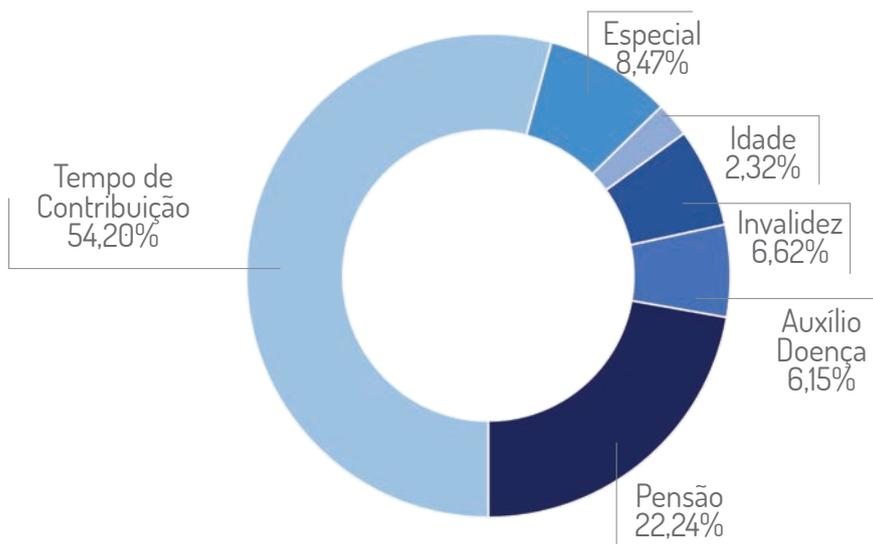
Em 31 de dezembro de 2017, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.511, o que significa um aumento de 4,57% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2016	2017	VARIAÇÃO ANUAL
Tempo de Contribuição	807	819	1,49%
Especial	129	128	-0,78%
Idade	35	35	0,00%
Invalidez	100	100	0,00%
Auxílio-Doença	52	93	78,85%
Pensão	322	336	4,35%
Total	1.445	1.511	4,57%





DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios contratados de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2017 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Mercer Gama, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em conso-

nância com as Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2017. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2018 a 31/03/2019.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mercer Gama encontra-se disponível neste Relatório Anual de Informações.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada. Para informações sobre a paridade referente ao plano de custeio de 2017, verificar item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste relatório.





INVESTIMENTOS



5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENTABILIDADE NO ANO DE 2017

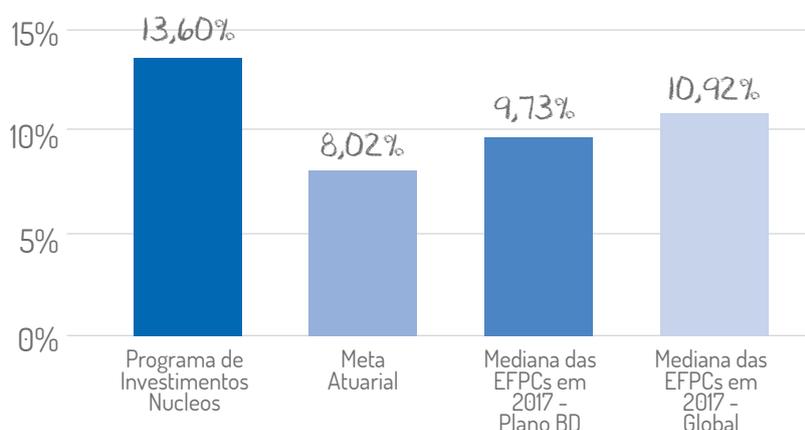
O ano de 2017 foi muito positivo em termos de retorno para as principais classes de ativos. Boa parcela dos ganhos foi gerada devido aos ótimos dados apresentados pelas economias globais desenvolvidas, que reforçou a tese de crescimento econômico mais forte, com inflação controlada e juro baixo, somado à liquidez expressiva por conta dos programas de incentivos monetários.

O Brasil também ajudou, com uma economia

crecendo mais do que o esperado inicialmente, bem como com outros fatores determinantes, como a expressiva queda da inflação e da taxa de juros ao longo do ano, a despeito da intensa crise política que continuou assolando o país.

No ano 2017 os investimentos acumularam rentabilidade de 13,60%*, ante uma meta atuarial de 8,02%.

Programa de Investimentos x Meta Atuarial x Mediana EFPCs



(*) Rentabilidade global da carteira de investimentos.
Fonte: Aditus / Nucleos

Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2016	2017
CDI	14,00%	9,94%
Dólar Ptax Venda	-16,54%	1,49%
Ibovespa	38,91%	26,84%
IMA-B	24,81%	12,79%
Meta Atuarial	12,79%	8,02%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

DÓLAR PTAX VENDA – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil, através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.





IBOVESPA – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado Anbima categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneraram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

META ATUARIAL – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas onze regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

JUROS – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Ela obedece aos parâmetros definidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de

Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2018 a 2022 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 27 de novembro de 2017, e sua íntegra está disponibilizada em nosso portal na internet.

Conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CGPC nº 15/2014, em seu anexo único, a taxa de juros real anual corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% ao ano (quatro décimos por cento ao ano) acima da taxa de juros parâmetro.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 375/2017, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente.

Baseado no estudo elaborado pela empresa Mercer Gama Consultores, o Instituto adotará a taxa real anual de juros de 5,61% ao ano para o exercício de 2018.

7. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

7.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo.





A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteador pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

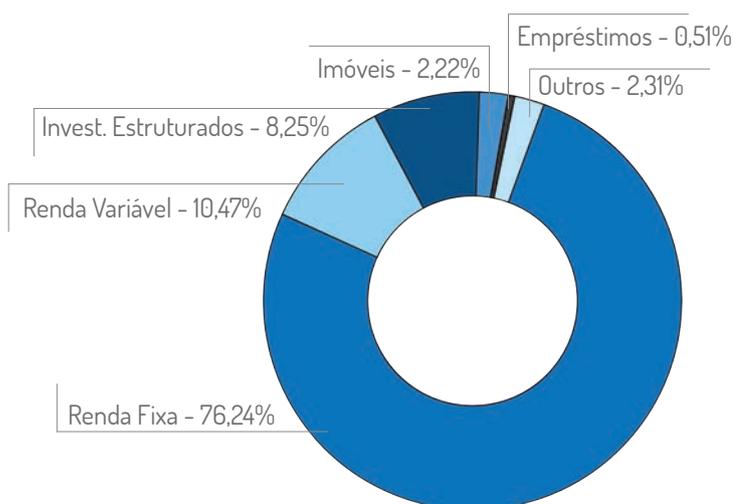
As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da BM&F Bovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

7.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

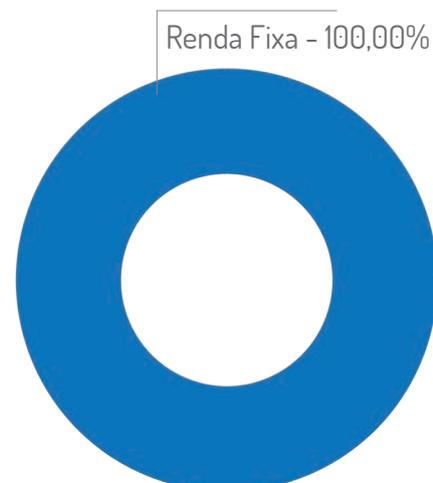
7.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



7.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA





8. INFORMAÇÕES GERAIS

8.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	(%)	2016	(%)
Renda Fixa	2.336.013	81,27	1.836.105	72,95
Quotas de Fundos de Renda Fixa	1.315.845	45,78	1.056.159	41,96
Quotas de Fundos de Multimercado	1.010.501	35,15	769.355	30,57
Debêntures não Conversíveis	9.668	0,34	10.591	0,42
Renda Variável	300.871	10,47	312.045	12,40
Quotas de Fundos de Investimento	300.871	10,47	312.045	12,40
Investimento Estruturado	93.009	3,24	220.953	8,78
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	93.009	3,24	94.284	3,75
Quotas de Fundos de Multimercado		0,00	126.669	5,03
Investimento Imobiliários	63.955	2,22	70.399	2,80
Empréstimos aos Participantes	14.590	0,51	13.898	0,55
Outros	66.378	2,31	64.291	2,55
Total dos Investimentos	2.874.817	-	2.517.692	-
(+) Disponível	79	0,00	219	0,01
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-382	-0,01	-979	-0,04
(=) Total dos Recursos	2.874.514	100,00	2.516.932	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	(%)	2016	(%)
Renda Fixa	12.745	99,95	10.489	99,94
Quotas de Fundos de Renda Fixa	12.745	99,95	10.489	99,94
Total dos Investimentos	12.745	-	10.489	-
(+) Disponível	6	0,05	6	0,06
(=) Total dos Recursos	12.751	100,00	10.495	100,00



8.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Descrição	ALOCÇÃO EM 31/12/2017	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	78,55%	74,50%	5,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	10,47%	10,50%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	8,25%	9,00%	0,00%	13,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	3,24%	3,50%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5,01%	5,50%	0,00%	8,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior		1,50%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,22%	2,50%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	2,22%	2,50%	0,00%	5,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,51%	2,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,51%	2,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Descrição	ALOCAÇÃO EM 31/12/2017	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	limite inferior	limite superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

8.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2017)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
GESTÃO EXTERNA			
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	428.551	14,91%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	785.833	27,34%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	105.440	3,67%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	60.301	2,10%
Nucleos V Santander ALM RF LP	Renda Fixa	268.234	9,33%

continua na página seguinte



continuação da página anterior

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2017)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	261.779	9,11%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	437.727	15,23%
Atmos Institucional FIC FIA	Renda Variável	48.830	1,70%
Ibiúna Equities FIC FIA	Renda Variável	29.608	1,03%
Moat Capital FIA	Renda Variável	26.621	0,93%
JGP Explorer Institucional FIA	Renda Variável	30.071	1,05%
GAP Long Short FIM	Estruturado	26.923	0,94%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	26.774	0,93%
Garde D'Artanganan FIC FIM	Estruturado	30.052	1,05%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	29.036	1,01%
Mauá Macro FIC FIM	Estruturado	31.439	1,09%
Energia PCH FIP	Estruturado	4.070	0,14%
CRT FIP	Estruturado	88.939	3,09%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		2.720.226	94,63%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Renda Fixa	9.668	0,34%
Carteira Própria	Imóveis	63.955	2,22%
Carteira Própria	Empréstimos	14.590	0,51%
TOTAL GESTÃO INTERNA		88.213	3,07%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		322	0,01%
OUTROS REALIZÁVEIS		66.056	2,30%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		-303	-0,01%
TOTAL		2.874.514	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2017)	% RECURSOS (PGA)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	12.745	99,95%
TOTAL GESTÃO EXTERNA		12.745	99,95%
DISPONÍVEL		6	0,05%
TOTAL		12.751	100,00%

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Res. CMN 3792, de 24 de setembro de 2009, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ativos

disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.





8.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	13,07	13,06	8,02
Renda Variável	27,80	27,23	
Investimento Estruturado	13,12	11,55	
Imóveis	(5,63)	(7,44)	
Empréstimos	8,59	8,17	

SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	9,95	9,95

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquido das despesas judiciais menos a recuperação dessas despesas.

máticas. No ano anterior o Superavit foi de R\$ 133,2 milhões, que representou 4,78% das provisões matemáticas.

Esse resultado superavitário decorreu, principalmente, do resultado dos investimentos, com uma considerável rentabilidade global da carteira – de 13,60% no exercício, superior à meta atuarial, de 8,02%. Isso foi reflexo, como já mencionado, dos resultados com os investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA (NTNBs) e ao mercado de ações.

No que se refere a gestão dos títulos indexados ao IPCA (NTNBs), o êxito se deu em função de o Instituto acreditar na tendência de queda da inflação, o que de fato ocorreu.

No que tange à renda variável, a importante parcela alocada pelo Nucleos no segmento foi determinante, haja vista o comportamento bastante positivo no ano de 2017.

Todos esses fatores foram relevantes para que o patrimônio do Nucleos superasse os R\$ 3,0 bilhões.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício de 2017, o Nucleos ampliou o Superavit técnico acumulado do Plano Básico de Benefícios – PBB para R\$ 263,1 milhões, equivalente a 8,75% das provisões mate-





O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado do Nucleos.

EXERCÍCIO	ATIVO LÍQUIDO DO PLANO*	SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADO	PROVISÕES MATEMÁTICAS (PMAT)	% SUPERAVIT - DEFICIT S/ PMAT
2013	1.865.479	(273.446)	2.138.925	12,78
2014	2.233.029	(152.640)	2.385.669	6,40
2015	2.429.865	(83.363)	2.513.228	3,32
2016	2.918.608	133.155	2.785.453	4,78
2017	3.269.640	263.064	3.006.576	8,75

* Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

O ano de 2018 será mais um de muitas incertezas. A política continuará influenciando os preços dos ativos financeiros, principalmente porque teremos eleições, o que deve aumentar a volatilidade do mercado financeiro.

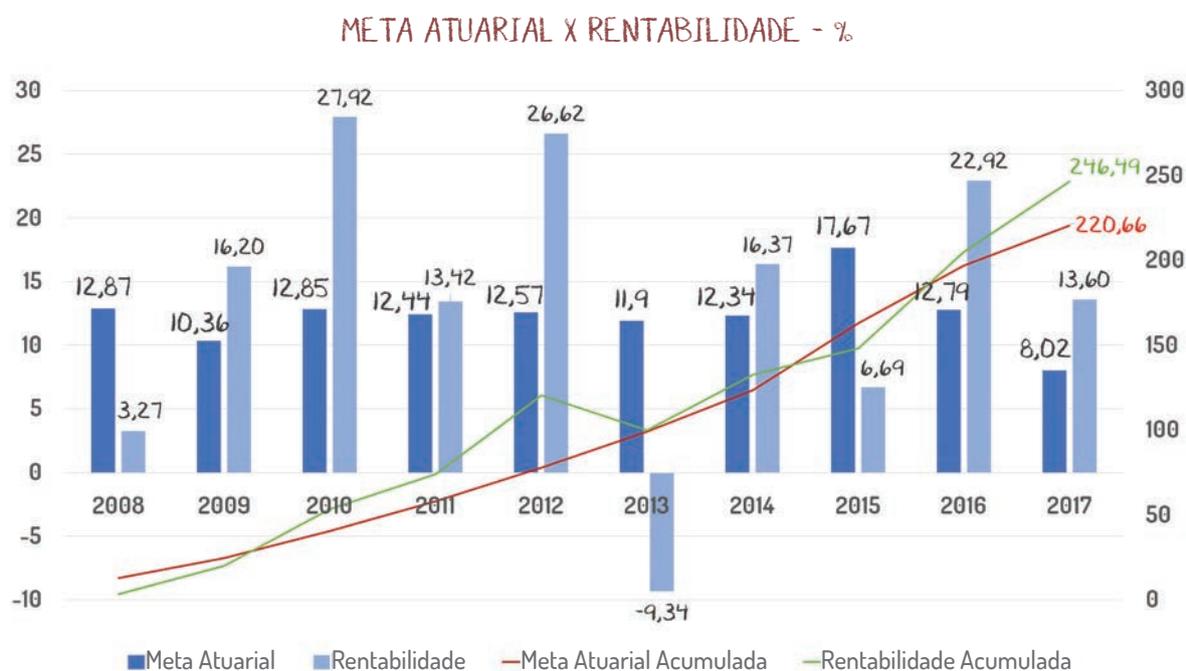
Por outro lado, juros baixos, inflação controlada, crescimento da atividade econômica, retomada do crédito e contas externas confortáveis são fatores domésticos que justificam um certo otimismo dos agentes financeiros.

Além do mais, medidas econômicas – como aprovação da reforma da previdência – que visem controlar as contas públicas poderão criar novas ondas de otimismo, apesar das dificuldades políticas em aprová-las.

No cenário internacional, um dos principais temores é que a inflação na principal economia do mundo saia de controle, levando o Banco Central americano a praticar uma política monetária mais austera, levando a uma alta mais acelerada e forte dos juros, o que traria efeitos danosos para as demais economias – dentre elas, a brasileira.

Outro ponto de preocupação é com uma desaceleração mais significativa da economia chinesa.

Com certeza 2018 será mais um ano de grandes desafios, o que exigirá a manutenção da disciplina e dedicação até o momento demonstradas, retratada no gráfico abaixo, que compara a rentabilidade do Nucleos vis a vis à sua meta atuarial, num histórico de 10 anos.



RELATORIOS CONTÁBEIS



10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10.1. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2017	2016
Disponível	4	85	225
Realizável		3.291.326	2.937.984
Gestão previdencial	5	403.594	409.430
Gestão administrativa	6	170	373
Investimentos	7	2.887.562	2.528.181
Créditos privados e depósitos		9.668	10.591
Fundos de investimento		2.732.971	2.369.002
Investimentos imobiliários		63.955	70.399
Empréstimos e financiamentos		14.590	13.898
Depósitos judiciais/recursais		322	302
Outros realizáveis		66.056	63.989
Permanente	8	110	250
Imobilizado		102	238
Intangível		8	12
Total do ativo		3.291.521	2.938.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2017	2016
Exigível operacional	9	6.208	6.862
Gestão previdencial		4.635	4.784
Gestão administrativa		1.516	1.404
Investimentos		57	674
Exigível contingencial	10	984	962
Gestão previdencial		624	458
Gestão administrativa		35	200
Investimentos		325	304
Patrimônio social		3.284.329	2.930.635
Patrimônio de cobertura do plano	11	3.269.640	2.918.608
Provisões matemáticas		3.006.576	2.785.453
Benefícios concedidos		1.213.022	1.135.712
Benefícios a conceder		1.808.063	1.674.504
(-) Provisões matemáticas a constituir		(14.509)	(24.763)
Equilíbrio técnico		263.064	133.155
Resultados realizados		263.064	133.155
Superavit técnico acumulado		263.064	133.155
Fundos	12	14.689	12.027
Fundos administrativos		11.480	9.514
Fundos dos investimentos		3.209	2.513
Total do passivo e patrimônio social		3.291.521	2.938.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	2.930.635	2.439.395	20,14
1 Adições	478.859	608.190	-21,26
Contribuições previdenciais	116.880	129.949	-10,06
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	343.428	460.154	-25,37
Receitas administrativas	16.672	16.206	2,88
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.054	1.194	-11,73
Reversão líquida de contingências - Gestão administrativa	129	-	100,00
Constituição de fundos de investimento	696	687	1,31
2 Destinações	(125.165)	(116.950)	7,02
Benefícios	(109.109)	(101.198)	7,82
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(167)	(162)	3,09
Despesas administrativas	(15.889)	(15.064)	5,48
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	-	(526)	-100,00
3 Acréscimo no patrimônio social (1+2)	353.694	491.240	-28,00
Provisões matemáticas	221.123	272.225	-18,77
Superavit técnico do exercício	129.909	216.518	-40,00
Fundos administrativos	1.966	1.810	8,62
Fundos dos investimentos	696	687	1,31
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	3.284.329	2.930.635	12,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	9.514	7.704	23,49
1 Custeio da gestão administrativa	17.726	17.400	1,87
1.1 Receitas	17.726	17.400	1,87
Custeio administrativo da gestão previdencial	15.323	14.396	6,44
Custeio administrativo dos investimentos	1.069	1.727	-38,10
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	70	62	12,90
Receitas diretas	21	20	5,00
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.054	1.194	-11,73
Outras receitas	189	1	18800,00
2 Despesas administrativas	15.889	15.064	5,48
2.1 Administração previdencial	8.422	8.041	4,74
Pessoal e encargos	5.455	5.083	7,32
Treinamentos/congressos e seminários	61	56	8,93
Viagens e estadias	56	70	-20,00
Serviços de terceiros	1.258	1.216	3,45
Despesas gerais	941	959	-1,88
Depreciações e amortizações	74	108	-31,48
Tributos	577	549	5,10
2.2 Administração dos investimentos	7.467	7.023	6,32
Pessoal e encargos	4.838	4.507	7,34
Treinamentos/congressos e seminários	53	49	8,16
Viagens e estadias	50	63	-20,63
Serviços de terceiros	1.114	970	14,85
Despesas gerais	834	850	-1,88
Depreciações e amortizações	66	96	-31,25
Tributos	512	488	4,92
3 (Reversão)/Constituição de contingências administrativas	(129)	526	-124,52
4 Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
5 Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	0,00
6 Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	1.966	1.810	8,62
7 Constituição do fundo administrativo (6)	1.966	1.810	8,62
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	11.480	9.514	20,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





10.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
1 Ativos	3.289.970	2.936.855	12,02
Disponível	79	219	-63,93
Recebível	415.074	418.944	-0,92
Investimento	2.874.817	2.517.692	14,18
Créditos privados e depósitos	9.668	10.591	-8,71
Fundos de investimento	2.720.226	2.358.513	15,34
Investimentos imobiliários	63.955	70.399	-9,15
Empréstimos e financiamentos	14.590	13.898	4,98
Depósitos judiciais/recursais	322	302	6,62
Outros realizáveis	66.056	63.989	3,23
2 Obrigações	5.641	6.220	-9,31
Operacional	4.692	5.458	-14,03
Contingencial	949	762	24,54
3 Fundos não previdenciais	14.689	12.027	22,13
Fundos administrativos	11.480	9.514	20,66
Fundos dos investimentos	3.209	2.513	27,70
4 Resultados a realizar	-	-	0,00
5 Ativo líquido (1-2-3-4)	3.269.640	2.918.608	12,03
Provisões matemáticas	3.006.576	2.785.453	7,94
Superavit técnico	263.064	133.155	97,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.





DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	2.918.608	2.429.865	20,11
1 Adições	475.631	604.499	-21,32
Contribuições previdenciais	132.203	144.345	-8,41
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	343.428	460.154	-25,37
2 Destinações	(124.599)	(115.756)	7,64
Benefícios	(109.109)	(101.198)	7,82
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(167)	(162)	3,09
Custeio administrativo	(15.323)	(14.396)	6,44
3 Acréscimo no ativo líquido (1+2)	351.032	488.743	-28,18
Provisões matemáticas	221.123	272.225	-18,77
Superavit técnico do exercício	129.909	216.518	-40,00
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	3.269.640	2.918.608	12,03
C) Fundos não previdenciais	14.689	12.027	22,13
Fundos administrativos	11.480	9.514	20,66
Fundos dos investimentos	3.209	2.513	27,70

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO



Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	3.278.490	2.927.341	12,00
1 Provisões matemáticas	3.006.576	2.785.453	7,94
1.1 Benefícios concedidos	1.213.022	1.135.712	6,81
Benefício definido	1.213.022	1.135.712	6,81
1.2 Benefícios a conceder	1.808.063	1.674.504	7,98
Benefício definido	1.808.063	1.674.504	7,98
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir	(14.509)	(24.763)	-41,41
(-) Serviço passado	(14.509)	(24.763)	-41,41
(-) Patrocinadores	(14.509)	(24.763)	-41,41
2 Equilíbrio técnico	263.064	133.155	97,56
2.1 Resultados realizados	263.064	133.155	97,56
Superavit técnico acumulado	263.064	133.155	97,56
Reserva de contingência	263.064	133.155	97,56
3 Fundos	3.209	2.513	27,70
3.1 Fundos previdenciais	-	-	0,00
3.2 Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	3.209	2.513	27,70
4 Exigível operacional	4.692	5.458	-14,03
4.1 Gestão previdencial	4.635	4.784	-3,11
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	57	674	-91,54
5 Exigível contingencial	949	762	24,54
5.1 Gestão previdencial	624	458	36,24
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	325	304	6,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PARECERES



II. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.3, a Entidade reconheceu, em 2014, valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 63.833 mil (2016 – R\$ 59.767 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar – ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, julgada improcedente pelo tribunal competente, com acórdão confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão monocrática, no julgamento do Recurso Especial da União. O processo se encontra, presentemente, em fase re-

curisal para julgamento dos tribunais superiores. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação final depende de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de “Outros realizáveis” em 31 de dezembro de 2017 encontram-se apresentados a maior em R\$ 63.833 mil (2016 – R\$ 59.767 mil), e o Superavit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 4.066 mil (2016 – R\$ 6.418 mil).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações³³





contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles in-

ternos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/0-5

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/0-0



12. PARECER ATUARIAL



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pelo **NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social** e patrocinado pela **Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e pelo próprio NUCLEOS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano Básico de Benefícios** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0022-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, posicionada em **30/06/2017**, conforme apresentada no **Relatório MERCER GAMA 105 – RE 161/17**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 631 de 04/11/2011 publicada no D.O.U de 07/11/2011, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **30/06/2017**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram reposicionados para **31/12/2017**, data de encerramento do exercício, a partir da Avaliação Atuarial procedida na data base de **30/06/2017**, reposicionando-se os salários e benefícios para o encerramento do exercício e confrontando-se os resultados das Provisões calculadas em **31/12/2017** com as informações contábeis e patrimoniais do Plano, posicionadas na mesma data.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no **Relatório MERCER GAMA 105 – RE 161/17**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **Plano Básico de Benefícios** posicionados em **30/06/2017**, tendo sido utilizadas as mesmas premissas descritas no Relatório neste reposicionamento para **31/12/2017**.

Ressalta-se que, para o **Plano Básico de Benefícios**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Cumpramos destacar o **Programa de Aposentadoria Extraordinária da Eletronuclear – PAE**, iniciado em julho de 2017 e finalizado em dezembro de 2017 para os empregados da Patrocinadora **Eletronuclear**, seguindo as condições e critérios definidos no regulamento do Programa.

Adicionalmente, e em face do NUCLEOS não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, em conformidade com a correspondência **MERCER GAMA 105 CT 232/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, consideramos a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do





plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da MERCER GAMA, em relação ao plano administrado pelo Instituto.

2. RESULTADOS ATUARIAIS

2.1. EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1. EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial MERCER GAMA 105 – RE 161/17, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 30/06/2017, estava mensurado em 15,50% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa ao serviço passado, esta equivalente ao custo médio de 1,81% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um acréscimo do custo do Plano de 0,67 ponto percentual, posto que, em 2016, o Plano registrou a alíquota de 14,83%, também líquida de taxa de carregamento.

2.1.2. VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2017, em R\$ 1.213.022.256,00, comparativamente ao montante de R\$ 1.135.711.685,00 apurado em 31/12/2016. Conforme Relatório MERCER GAMA 105 – RE 161/17, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como ao aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a involução natural das Provisões Matemáticas de

Benefícios Concedidos em consequência do envelhecimento da massa e pelos óbitos esperados na população do Plano. Contribuiu também para o aumento, a alteração da premissa de taxa de juros e fator de capacidade, assim como a composição familiar dos aposentados. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios Concedidos na ordem de 6,81%.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2017, em R\$ 1.808.063.159,85, comparativamente ao montante de R\$ 1.674.503.722,00 apurado em 31/12/2016. O aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivada, principalmente, pelos reajustes salariais concedidos no período, sendo atenuado pelas concessões de aposentadoria (mudanças cadastrais). Contribuiu também para o aumento, a alteração da premissa de taxa de juros e fator de capacidade, sendo atenuado pela alteração da composição familiar dos Ativos. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios a Conceder na ordem de 7,98%.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2017, R\$ 14.509.481,01 comparativamente ao montante de R\$ 24.762.663,69 apurado em 31/12/2016. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir, correspondente a 41,41%, é decorrente do pagamento das parcelas do valor do serviço passado durante o exercício de 2017.

Comparativamente à Demonstração Atuarial – “DA” de encerramento de exercício de 2016, houve um aumento das Provisões Matemáticas do Plano de 7,94%, tendo sido registrado o montante de R\$ 3.006.575.934,84 em 31/12/2017. O aumento das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, aos reajustes dos salários e benefícios, bem como pela redução da taxa de juros e aumento do fator de capacidade.

2.1.3. PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela ina-





dequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano Básico de Benefícios**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do **Plano Básico de Benefícios**, foram aprovadas pelo **NUCLEOS**, sendo que o Instituto esteve subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do **Relatório MERCER GAMA 105 – RE 135/17**, observando, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4. SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Tendo em vista que o **Plano Básico de Benefícios** não apresentou insuficiência de cobertura na data a que se refere este Parecer, este item não é aplicável.

2.2. EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1. QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em **30/06/2017** foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela MERCER GAMA, na base cadastral utilizada

para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Instituto a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2. REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, reposicionada para **31/12/2017**, o Plano não possui valor registrado em **Fundos Previdenciais**.

2.2.3. VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de **R\$ 3.006.575.934,84**, em **31/12/2017**, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de **R\$ 3.269.640.006,89**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios** apresentou Superavit Técnico acumulado de **R\$ 263.064.072,05**, em **31/12/2017**.

O Superavit do Plano passou de **R\$ 133.155.036,00** em, **31/12/2016**, para um Superavit de **R\$ 263.064.072,05** em **31/12/2017**. Esta variação deveu-se, primordialmente, à rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial.

No período compreendido entre **janeiro/2017** e **dezembro/2017**, a meta atuarial do Plano foi de **8,02%**, composta pelo INPC de 2,07% mais taxa de juros de 5,83%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de **13,60%** conforme informação repassada pela **NUCLEOS**, representando um ganho atuarial de **5,17%**.

Em atendimento à Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, que alterou a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, apurou-se Equilíbrio Técnico Ajustado. Ob-





servados os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação apurado pelo NUCLEOS foi nulo, em **31 de dezembro de 2017**, uma vez que o Plano não possui Títulos Públicos Federais com características passíveis de ajuste de precificação. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é igual ao Superavit de **R\$ 263.064.072,05**.

2.2.4. NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o **Plano** apresentou Superavit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

A totalidade do Superavit apurado em **31/12/2017**, no montante de **R\$ 263.064.072,05**, ou **8,75%** das Provisões Matemáticas estruturadas em Benefício Definido, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008 e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015.

Cumprе ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do exercício de 2017, qual seja de 16,39 anos.

2.2.5. SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, reposicionada para 31/12/2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6. ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

2.2.7. OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, uma pequena parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, o Instituto atestou a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de **31/12/2017**, verifica-se que o montante de **R\$ 403.594.221,99** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais se destacam as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale a **R\$ 396.273.602,43** em **31/12/2017**;

3) No encerramento do exercício de 2017, o **Plano Básico de Benefícios** não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de **R\$ 3.209.756,28** e o Fundo Administrativo, **R\$ 11.479.320,25**, cuja contabilização e manutenção são de responsabilidade do **NUCLEOS**;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, procedeu-se à seguinte alteração:

- Fator de Capacidade: **0,9814** em substituição a **0,9764**.
- Taxa de Juros: **5,61% a.a** em substituição a **5,83% a.a**.





- Custo de Pensão (BAC): Exp. Núcleos 2017 – Fator de reversão médio em substituição a sexo feminino 4 anos mais jovem que o sexo masculino e fator de Reversão: 0,95.
- Custo de Pensão (BC): família real em substituição a hipóteses para aposentados do sexo feminino 4 anos mais jovem que o sexo masculino.

3. PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em

01/04/2018, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do **NUCLEOS** antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao **NUCLEOS** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO BÁSICA		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2017	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2016
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	P.G: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto INSS	2,81%	2,81%
	P2: Percentual incidente sobre a parcela do Salário maior que um Teto INSS	5,70%	5,70%
PATROCINADORA ⁽¹⁾	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Abono (paridade assistidos)	1,41%	1,48%
ASSISTIDOS ⁽²⁾	Contribuição de Abono ⁽³⁾	8,00%	8,00%

1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. No plano de custeio a paridade com a patrocinadora se dará de acordo com a Instrução Normativa Núcleos nº01, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

(2) Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

(3) Percentual de Contribuição incidente sobre o valor do Benefício dos Aposentados que possuem Abono, conforme previsto no Plano de Custeio desde a implantação do PBB, informado pelo NUCLEOS.

Dessa maneira, deverão ser aplicadas as seguintes taxas médias (brutas de taxa de carregamento) obtidas conforme Plano de Custeio apresentado acima:

TAXAS MÉDIAS	2017	2016
A – Patrocinadora (sobre salários)	10,93%	10,73%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos (Paridade)	7,71%	7,24%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos (Paridade)	1,41%	1,48%

Continua na página seguinte





Continuação da página anterior

TAXAS MÉDIAS	2017	2016
A.3 - Extraordinária - Serviço Passado	1,81%	2,01%
B - Participantes Ativos (sobre salários)	7,71%	7,24%
C - Participantes Assistidos (sobre benefícios)	8,00%	8,00%

Adicionalmente, conforme parágrafo 9º do Artigo 39, os participantes que optarem pelo instituto de Benefício Proporcional Diferido recolherão contribuição para cobertura administrativa do Plano por meio da aplicação da taxa de carregamento definida no Plano de Custeio, sendo esta taxa aplicada sobre o valor da contribuição hipotética caso o participante em BPD estivesse na condição de participante ativo, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Além da taxa de carregamento administrativo, conforme parágrafo 10º do Artigo 39, o participante BPD somente terá direito à cobertura dos benefícios de pensão por morte e invalidez no período de diferimento, se durante este período aportar contribuições para essa finalidade, sendo as taxas determinadas atuarialmente e correspondentes a 0,38% e 0,35% para pensão por morte e invalidez, respectivamente, nestas a

serem incluídas a taxa de carregamento corresponde, conforme resultados da Avaliação Atuarial de 2017.

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pelo Instituto, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições vertidas para Plano.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, em 31 de dezembro de 2017, é **superavitária** em **R\$ 263.064.072,05**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, de forma que o referido montante **foi integralmente alocado em Reserva de Contingência**.

Este é o Parecer.

Brasília, 05 de fevereiro de 2018.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
SUPERVISORA ATUARIAL

CESAR LUIZ DANIELI
Atuário MIBA 824 - MTPS/RJ
DIRETOR DE PREVIDÊNCIA, SAÚDE E SEGUROS





13. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Emitido na 129ª reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 14 de março de 2018.**

O Conselho Fiscal do Nucleos - Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, compreendendo: Balanço patrimonial; Demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas; e as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório do auditor independente (Parecer) emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 23 de fevereiro de 2018.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Gama Consultores Associados Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial na data-base de 30/06/2017 e reposicionada em 31/12/2017, conforme Parecer Atuarial emitido em 05/02/2018.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

Conforme registrado no seu relatório, o Auditor Independente PricewaterhouseCoopers não concordou com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 63.833 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

Dessa forma, o auditor independente emitiu opinião com ressalva (Parecer emitido em 23/02/2018), pois entende que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.3), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, os membros do Conselho Fiscal concordam e acompanham a opinião do auditor independente, pois entendem que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

O Conselho Fiscal considera que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2017 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil do valor a receber da União relacionado a atualização monetária de OFND - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 63.833 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas.

Fernando Braz Teixeira
Presidente do Conselho Fiscal

Luis Antônio Domingues Correia
Conselheiro Titular

Luiz Fernando Henriques
Conselheiro Titular

Elen Fabiana Viana Rodrigues
Conselheira Suplente





14. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos - Instituto de Seguridade Social, em sua 188ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22/03/2018, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 38, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios - PBB, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios - PBB, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios - PBB e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.3, o Nucleos manteve no exercício de 2017 o registro contábil do crédito das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), reconhecido em 2014 em seu balanço, uma vez que as circunstâncias presentes na decisão que embasou o registro inicial não se modificaram.

Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 23/02/2018, no título "Base para opinião com ressalva", registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se trata de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 129ª Reunião, realizada em 14/03/2018, emitiu Parecer concordando com a opinião do Auditor Independente; (iii)

o escritório Siqueira Castro Advogados emitiu Nota Técnica acerca da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFND. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015, com sua atualização emitida em 10/01/2018 e 22/03/2018, além de trazer uma análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em análise técnica e contábil, que considera que o crédito das OFND é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das entidades detentoras desse crédito; (iv) em decisão de 06/11/2017, proferida pelo Ministro Gurgel de Faria, do Superior Tribunal de Justiça - STJ, foi negado provimento ao Recurso Especial da União, mantendo a improcedência da ação rescisória; e (v) o pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) dispõe que, quando a realização ou ganho de um ativo for praticamente certa, este não pode ser considerado um ativo contingente.

Baseado nas análises procedidas, os membros deste Conselho Deliberativo, com exceção da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva e do conselheiro Pedro Francisco Dias Calheiros Boite, concordam com a manutenção do registro contábil do crédito das OFND.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e   da opinião que as mesmas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2018.

Ricardo Cesar Quintella Lioy
Presidente do Conselho Deliberativo

Diego Cunha Brum
Conselheiro Titular

Daniel Moraes da Costa
Conselheiro Titular

Hermínio de Aguiar Caldeira
Conselheiro Titular

42 Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular





15. MENSAGEM FINAL

Espera-se que o presente resumo do Relatório Anual de Informações (RAI) tenha alcançado o objetivo de informar com clareza e concisão. Ressalta-se que o Relatório Anual em sua versão completa está disponível no site da Entidade, no menu Publicações – Relatório Anual.

* * * * *

Relatório Anual 2017 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar – Ala Sul – Centro – 20.031-919 – Rio de Janeiro – RJ

Coordenação de produção: Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial: Plus Interativa
www.plusinterativa.com – (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

Jornalista Responsável: Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288





NUCLEOS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

AV. REPÚBLICA DO CHILE, 230 - 15º ANDAR
ALA SUL, CENTRO - RJ | CEP: 20031-919

2173-1410 21 | 0800-024-1997
2173-1493 21 | 2173-1492 21

ATENDIMENTO@NUCLEOS.COM.BR

WWW.NUCLEOS.COM.BR

